

**PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO MÉDIO VALE DO SÃO FRANCISCO E O CASO DA CRIAÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE TRÊS MARIAS: PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA\***

**DEVELOPMENT PROJECTS IN THE MIDDLE SÃO FRANCISCO VALLEY AND THE CASE OF THE TRÊS MARIAS HYDRO: PERSPECTIVES OF HISTORICAL RESEARCH**

*Dilma Andrade de Paula\*\*  
Leandro José Nunes*

**Resumo:** O artigo apresenta um projeto interinstitucional de pesquisa na área de História, em andamento, e enfoca a construção da hidrelétrica de Três Marias, de 1957-1961, em Minas Gerais, buscando perceber de que forma novas regiões e suas populações foram incorporadas ao projeto desenvolvimentista nacional e as suas contradições, sob o pretexto de romper com o “atraso”. A obra foi noticiada na época como “arrojada” e como “redenção” no vale do São Francisco. Trabalha-se com fontes diversas como jornais, revistas, relatórios, projetos, folhetos, entrevistas, etc., investigando-se a forma como a obra foi anunciada na época, alguns detalhes de sua construção, bem como alguns de seus agentes, planejadores e seus objetivos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento, Hidrelétrica de Três Marias, Estado brasileiro, Intelectuais.

---

\* Esse trabalho faz parte da pesquisa interinstitucional “Projetos de desenvolvimento, política, cultura e viveres no Médio São Francisco, em Minas Gerais(Séculos XX e XXI)”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais-FAPEMIG (2013-2015), com a participação de professores dos cursos de História da Universidade Federal de Uberlândia e da Universidade Estadual de Montes Claros, além dos autores desse texto, os professores Dr. Laurindo Mékie Pereira, Ms. Roberto Mendes Ramos Pereira (Unimontes) e Dra. Rejane Meirelles Amaral Rodrigues (Unimontes).

\*\* Dilma Andrade de Paula é Doutora em História (UFF, 2000) e Leandro José Nunes é Doutor em História Social (UFU, 2010). Ambos são professores no INHIS/Universidade Federal de Uberlândia.

**Abstract:** The paper presents an interinstitutional project of research in the area of History, in process, and focuses on the construction of Três Marias hydro, from 1957-1961, in state of Minas Gerais, Brazil, looking for to understand how new regions and their populations were incorporated into the national development project and their contradictions, under the pretext of breaking with the “delay”. The work was announced at the time as “bold” and “redemption” in the São Francisco Valley. Working with diverse sources such as newspapers, magazines, reports, projects, flyers, interviews, etc., investigating the way the work was announced at that time, some details of his construction, as well as some of their agents, planners and their goals.

**Keywords:** Development, Três Marias hydro, Brazilian State, intellectual.

**Resumen:** El artículo presenta un proyecto de investigación interinstitucional en el ámbito de la Historia, en curso, y centrarse en la construcción de la central hidroeléctrica de Tres Marías, en 1957-1961, en el estado de Minas Gerais, Brasil, buscando comprender cómo las nuevas regiones y sus poblaciones fueron incorporadas en el proyecto nacional de desarrollo y sus contradicciones, bajo el pretexto de romper con el “retraso”. Los medios de comunicación presentaron la obra como emprendimiento “grandioso” y como “redención” en el Valle del San Francisco. Muchos documentos históricos son utilizados tales como periódicos, revistas, informes, proyectos, folletos, entrevistas, etc., intentando investigar la forma cómo la obra fue presentada en su momento, algunos detalles de su construcción, así como algunos de sus agentes, los planificadores y sus metas.

**Palabras clave:** Desarrollo, Tres Marías hidroeléctrica, Estado brasileño, intelectuales

### **Desenvolvimento, desenvolvimentismo e Estado – algumas questões prévias**

As questões relacionadas ao desenvolvimento, ou subdesenvolvimento, no Brasil, constituem uma área de estudos que conta com uma ampla produção em diversos campos do conhecimento. Em suas várias vertentes, sociais, políticas ou econômicas esses estudos enfocam os diversos momentos históricos, os principais representantes, tendências e ideias que orientaram as reflexões teóricas sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento, os projetos econômicos que foram propostos e as práticas políticas que perseguiram objetivos desenvolvimentistas. Para uma abordagem mais geral, uma das principais referências ainda é o livro premiado de Ricardo Bielschowsky, *Pensamento Econômico brasileiro. O ciclo ideo-*

*lógico do desenvolvimentismo*, editado inicialmente em 1988. O autor traça um amplo panorama, em termos de história econômica e intelectual, abrangendo o período 1930-1964. Para ele, o chamado “ciclo ideológico do desenvolvimentismo” foi marcado pela ideia de que o subdesenvolvimento seria superado por meio de uma industrialização capitalista, planejada e apoiada pelo Estado (BIELSCHOWSKY, 1996). Na prática, embora trazendo muitos embates e contradições, foi criada uma estrutura desenvolvimentista no Brasil que vigorou até final dos anos 1980, década também conhecida, na economia, como “perdida” em todo o mundo capitalista, embora riquíssima em relação à diversidade de movimentos sociais: “ao chegarmos a 1985, uma era pós-desenvolvimento já estava visível no horizonte” (ESTEVA, 2000, p. 71).

Após a segunda Guerra Mundial as políticas e práticas desenvolvimentistas receberam contornos específicos e, às vezes, distintos, de acordo com o espaço social e territorial onde eram construídas e “aplicadas”. Podemos entrever espaços de manobra em cada programa concretizado envolvendo ação estatal com diversos agentes sociais, não se constituindo em simples reflexo de ditames internacionais. Tampouco pode-se tratar desse tipo de tema, metodologicamente, em termos de relações diretas entre política e economia, como nos adverte Francisco de Oliveira (1977, p. 114-115). No final dos anos 1950 quando, no mundo capitalista, estava no auge a “luta do desenvolvimento contra o subdesenvolvimento”, no Brasil havia iniciativas que datavam de décadas anteriores, ainda não propriamente desenvolvimentistas, mas que forneceram bases importantes aos projetos vindouros, ainda que não formassem uma base capitalista sólida em termos de máquinas e equipamentos (OLIVEIRA, 1977, p. 116). Tais iniciativas orbitavam em torno dos projetos de industrialização e de colonização, que vinham sendo colocadas em prática de acordo com a relação de forças sociais e políticas internas, mas também por meio de vários estudos, comissões e missões estrangeiras, em acordos bilaterais com os EUA, que visavam ao conhecimento de determinados espaços sociais dos vastos interiores do país, suas potencialidades econômicas e suas populações, para sua exploração econômica imediata, mas também em longo prazo<sup>1</sup>. Há que se considerar que “os anos cinquenta marcam o aprofundamento da

---

<sup>1</sup> Na Era Vargas, por exemplo, podemos destacar no conjunto de iniciativas de colonização interna da chamada “Marcha para o Oeste”, pautada a partir de 1942 pelos “Acordos de Washington”, um conjunto de 30 tratados envolvendo assuntos variados como comércio, empréstimo, produção mineral e agrícola, questões militares e um acordo de saúde e saneamento que deram origem à Fundação Serviço Especial de Saúde Pública – SESP (CAMPOS, 2006, p. 44). Na mesma época, em 1943, forma-se a Expedição Roncador-Xingu, depois incorporada pela Fundação Brasil Central para “incrementar o processo de desbravamento e colonização de um vasto território do chamado Brasil Central, área sobre a qual não havia nem mesmo um consenso exato sobre seus limites e potencialidades”(MAIA, 2012, p. 14-15).

divisão social do trabalho na direção da industrialização, tornando a indústria o motor e o centro dinâmico da economia, portanto de sua expansão” (OLIVEIRA, 1977, p. 115). Emergem, nesse período, duas forças sociais novas em termos de qualidade (ambas já existentes, mas com sentido diferente), que vão se redefinir política e economicamente: Estado e capital estrangeiro. O Estado,

vem e realiza, através de uma socialização das perdas, certas tarefas da acumulação que a contradição burguesia nacional *versus* imperialismo tornava incapaz de fazer nascer, consolidar e aprofundar na economia brasileira. Com isso, ele emerge, mantendo, é claro, seu papel de mediador entre as diversas forças sociais em ação, mas emerge com uma qualidade própria, isto é, na qualidade de produtor de mercadorias e de serviços. (OLIVEIRA, 1977, p. 117/118).

O capital estrangeiro, por sua vez, passa a potencializar a exploração do trabalho mediante o uso e domínio da tecnologia em processos, máquinas e equipamentos (Idem, p. 117). Essa é, para Oliveira, a equação original surgida nos anos 1950 que será, doravante, aprofundada. Resta saber e investigar, historicamente, como esse processo acontece, buscando, até certo ponto, um “diálogo” com essas orientações teórico-metodológicas de Oliveira.

Nossa investigação recai sobre um período mais caracteristicamente desenvolvimentista, enfocando a construção da hidrelétrica de Três Marias, de 1957-1961, no Alto São Francisco, em Minas Gerais, buscando perceber de que forma novas regiões e populações foram incorporadas ao projeto desenvolvimentista nacional e suas contradições. No levantamento bibliográfico realizado nos deparamos com alguns trabalhos acerca do desenvolvimentismo em Minas Gerais que têm sido importantes na construção da análise, como o de Octávio Dulci e Heloísa Helena P. Cardoso, brevemente tratados a seguir.<sup>2</sup>

Dulci, no campo da Ciência Política, trata dos embates em torno da política econômica mineira no pós-30, fazendo uma verdadeira dissecação tanto dos contornos da política econômica estadual quanto da política partidária, procurando inseri-las e compará-las com o conjunto mais amplo de outros estados e do próprio país:

---

<sup>2</sup> Daniel Barbosa, em sua recente tese de doutoramento em História Econômica, identifica uma longa trajetória do desenvolvimentismo em Minas Gerais, desde o início do século. Para o autor, as iniciativas anteriores a 1950 foram de caráter proto-desenvolvimentistas. Trabalha, ainda, com a noção de “elite tecnoburocrática mineira”, engenheiros e economistas que foram os idealizadores de tais projetos e que posteriormente influenciaram e participaram na elaboração de projetos em nível federal. Nossa abordagem teórica se distingue daquela empregada nesse trabalho, mas consideramos a sua importância para o conhecimento da diversidade de projetos em Minas Gerais (DINIZ, 2012)

verificamos, na trajetória mineira, uma abordagem crescentemente estratégica do problema do atraso, tanto por parte do Estado quanto das elites, à medida que a consciência da “perda de substância” da região se acentuava, em face do progresso das áreas dinâmicas do país. As insuficiências da economia regional eram notórias, porém, as condições institucionais para supri-las (ou melhor, para reduzi-las) foram viabilizadas pelo lado político. A elevada coesão interna das elites ampliou a possibilidade de levar adiante um esforço de recuperação econômica sob a égide do Estado. (DULCI,1999, p. 238)

Para esse autor, os projetos industrialistas, desde o governo de Benedito Valadares (1933-45) passando pelo de Juscelino Kubitschek (1951-55), sob a égide de romper com o “atraso” da economia mineira, tinham também a intenção de contornar o suposto incômodo causado pela migração, ou a situação de Minas como fonte de mão-de-obra excedente para os estados vizinhos, ainda que tais migrações fossem inerentes à formação do mercado nacional de trabalho. O projeto da cidade industrial vinha ao encontro desse problema, tentando criar um pólo para a economia estadual. (DULCI,1999, p.73) Assim, por exemplo, o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira retoma projetos da longa gestão Benedito Valadares, atualizando o binômio “energia e transportes” e imprimindo contornos mais específicos ao viés industrialista. Lembramos, todavia, que a perspectiva da superação do atraso era o ponto fulcral da ideologia desenvolvimentista que englobava não somente o país, mas todo o continente latino-americano.<sup>3</sup>

Em sua tese de doutoramento em História, Heloisa Helena P. Cardoso, enfocando as relações sociais no âmbito do Estado desenvolvimentista nos anos 1950, destaca a preocupação metodológica de não isolar a história mineira, “[...] transformando-a em uma peculiaridade que seria a negação da própria história, mas de inseri-la nos projetos e nas políticas definidas para o desenvolvimento brasileiro entre os anos de 1945-1964 [...]” (CARDOSO, 1998, p. 05). E, por outro lado, também aponta que há uma construção memorialística legitimadora desse período. A autora enfatiza que a memória acerca do suposto arranque de desenvolvimento em Minas nos anos 1950 começou a ser construída, de imediato, pelo então governador Juscelino e futuro presidente da República, da mesma forma que Benedito Valadares, também se valendo do argumento da ruptura com o “atraso” da economia mineira, “Juscelino deixou o governo de Minas se autoproclamando o grande realizador que, através da construção de usinas, da abertura de estradas,

<sup>3</sup> Ressalta-se a proeminência da Comissão Econômica para a América Latina-CEPAL no debate teórico e nas lutas políticas, sobretudo nos anos 1960/70 salientada por José Luis Fiori: “o objetivo explícito do projeto era a criação de economias nacionais dinâmicas que reproduzissem, nos espaços domésticos, estruturas industriais integradas e capazes de reter os frutos do progresso técnico, mesmo se viessem a ser internacionalizadas” (1995, p. 98)

dos investimentos, havia retirado o estado do atraso e o lançado em uma nova era de prosperidade” (CARDOSO, 1998, p. 46).

Os recortes temporais que tentam situar as questões sobre as políticas desenvolvimentistas dessa época não são aleatórios. Eles deixam entrever uma enorme disputa de memórias pelo legado desse ideário. Salientamos que JK, o “grande realizador”, canalizou demandas anteriores que encontraram, na época, condições de serem parcialmente praticadas, considerando a mudança nos papéis do Estado e do capital estrangeiro, como salientado por Oliveira (1977). Essa imagem personaliza e obscurece a trajetória de outros agentes sociais, co-partícipes daquele momento e da elaboração daquelas políticas, bem como de populações que foram afetadas, positiva e negativamente, por aqueles projetos. Nota-se uma tendência ao esquecimento de eventuais divergências iniciais em relação ao projeto de industrialização, como se houvesse uma linha contínua, sem grandes conflitos. Há que se buscar o confronto da literatura sobre o tema e as diversas memórias, conjugadas com novas pesquisas, para tentar sair dos limites dos marcos mais tradicionais e mais conhecidos, procurando perceber a política industrialista e desenvolvimentista refletida no tecido social e não somente dentro dos parâmetros governamentais e/ou partidários. A pesquisa coletiva que serve de base inicial para esse trabalho busca enfrentar esses desafios, com olhares distintos para a imprensa, populações, projetos de nação, intelectuais, etc. Aqui, no espaço desse artigo, vamos nos deter nos meandros da sociedade política mineira e federal, enfocando as origens do projeto da usina hidrelétrica de Três Marias, alguns de seus principais idealizadores em torno dos anos 1950 e também indicando os impactos sociais da obra. Trata-se de elaborações ainda em andamento, com alguns resultados parciais já publicados (PAULA, 2012; CORRÊA e PAULA, 2014).

Teoricamente, buscando uma abordagem social que possibilite uma aproximação maior com a intrincada história que vivemos, é fundamental que se considere a complexa relação Estado-sociedade, indicada pelo marxista italiano Antônio Gramsci. Tais abordagens auxiliam no enfrentamento da elaboração da teia histórica que identifica a nova relação assumida tanto pelo Estado quanto pelo capital estrangeiro, como já mencionado (OLIVEIRA, 1977). Consideramos, nesse sentido, que as medidas estatais não são criadas por uma suposta racionalidade burocrática, independentes das demandas da sociedade civil, em todos os seus estratos sociais. De acordo com as elaborações teóricas de Gramsci, o Estado é uma relação permanentemente conflituosa, englobando tanto a sociedade civil (conjunto de indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia) quanto a sociedade política (conjunto de agências do poder público ou o Estado no

sentido restrito, responsável, inclusive, pela coerção), ou seja, o Estado é uma relação hegemônica revestida de coerção. Neste sentido, é possível perceber a formação do consenso por meio dos diversos aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2000, V. 3). Segundo Sonia Mendonça:

Pensar o Estado gramscianamente, é pensá-lo sempre a partir de uma dupla questão: as formas dominantes na produção (classes e frações de classe) se constituem e se consolidam através de organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que em todo aparelho ou órgão público, estão presentes, sempre, projetos ou atores sociais vinculados a alguma (s) agência (s) da sociedade civil. Uma delas, certamente, possui papel hegemônico junto ao dado organismo, porém outras também lá se fazem presentes, através de seus representantes ou intelectuais. (MENDONÇA, In: MATTOS, p. 20-22)

Desta forma, classes e frações de classes não são analisadas enquanto entidades abstratas, mas “se constroem e se reconstróem no cotidiano de suas práticas políticas, logo, elas têm rostos, identidades, história, enfim” (MENDONÇA, In: MATTOS, p. 20-22). Para Gramsci, todas as pessoas são intelectuais, mas somente algumas exercem a função de intelectual: “[...] que é diretiva, e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual” (GRAMSCI, 2001, p. 25). Os *intelectuais orgânicos*, ideologicamente denominados técnicos, em várias gradações e divisões de trabalho e de prestígio, são responsáveis pela organização da hegemonia social e do domínio estatal, expressando, portanto, interesses de grupos dominantes (GRAMSCI, 2001, p. 21). A aparência, às vezes, é do apoliticismo e da racionalidade burocrática, mas na essência de projetos e realizações encontram-se interesses de classes permanentemente em conflito intra e inter-classes, e em disputa por hegemonia.

Entendemos que os aportes e a inspiração dos trabalhos de Gramsci e de Oliveira, dentre outros autores, nos instigam a buscar o diálogo com a conjuntura histórica e a problemática proposta. Particularmente, nos interessa tratar dos debates e combates travados em torno das questões-chave do desenvolvimento naquele período por meio da história da hidrelétrica de Três Marias, articulando o espaço regional mineiro aos projetos nacionais mais amplos. Articulando, também, campo e cidade por meio de projetos de infra-estrutura, buscando perceber, ainda, no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, como o campo e suas populações vão sendo subordinados à lógica industrial, urbana e financeira. A leitura dos documentos e fontes é direcionada nessa perspectiva.

### **Planos regionais/nacionais: A Comissão do Vale do São Francisco e a usina de Três Marias<sup>4</sup>**

Após a “Era Vargas”, na conjuntura política redemocratizadora, a Constituinte federal de 1946 foi o canal para a recepção, debates e disputas de muitas das demandas estaduais e regionais relacionadas à criação de infraestrutura. Essas demandas foram canalizadas em Comissões, como foi o caso da Comissão do Vale do São Francisco, buscando definir áreas estratégicas no curso do imenso Vale do São Francisco, por meio do planejamento estatal. Tal experiência de planejamento e intervenção em uma bacia hidrográfica inspirou-se naquelas realizadas nos Estados Unidos (Vale do Tennessee), na Índia, no México, dentre outras.

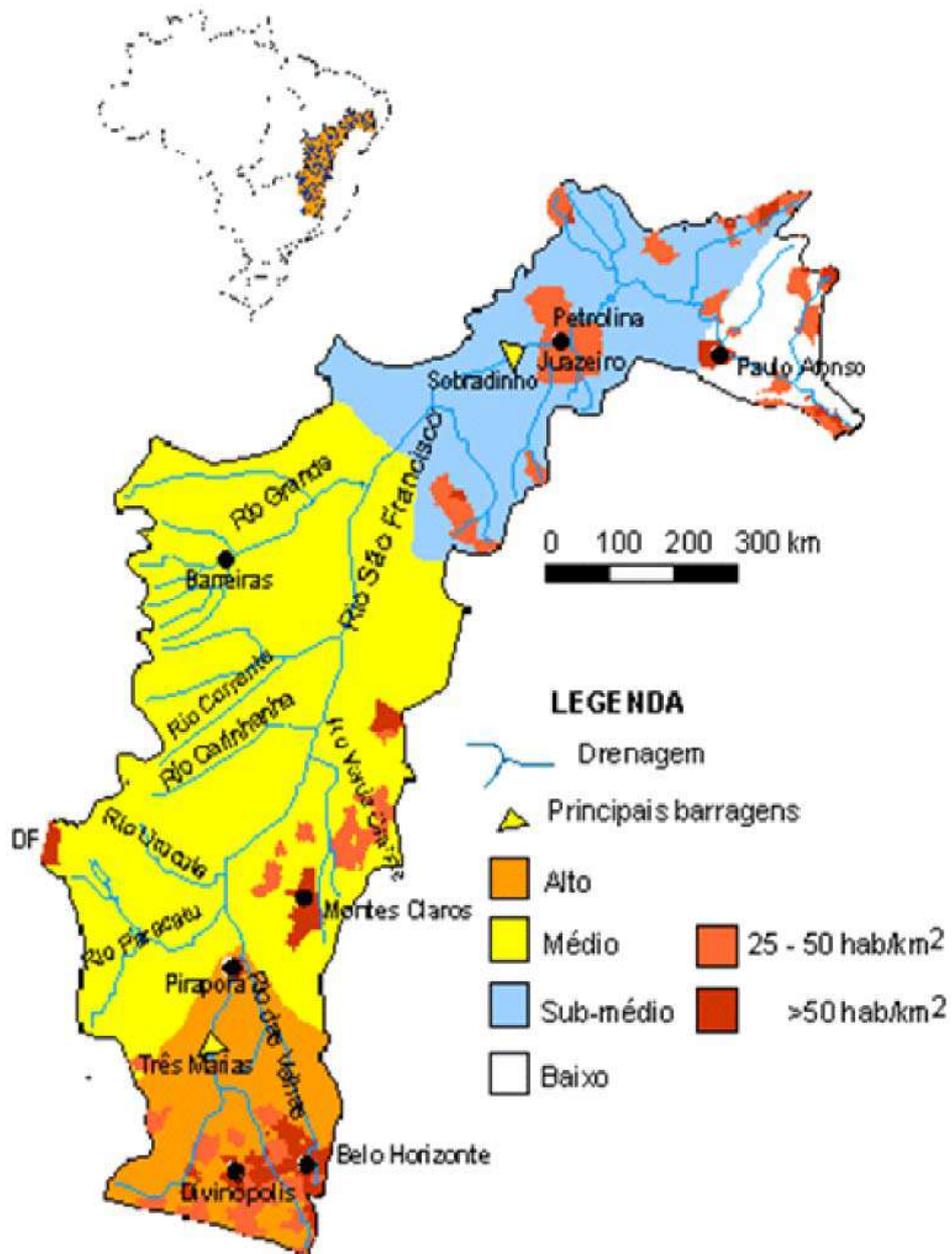
A Comissão do Vale do São Francisco foi criada, então, em 15 de dezembro de 1948, cumprindo o art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1946. Operou entre 1949 e 1950 e apresentou ao Congresso seu Plano Geral em dezembro de 1950, já sob o governo Eurico Dutra, que levou longo tempo em tramitação, sendo aprovado somente em 1955, embora tocasse as obras de um “Plano de emergência” (Cf. PAULA, 2012). A CVSF tinha a função de suplementar e coordenar as atividades de vários setores ministeriais e estaduais que operavam no fomento da economia da região, no conjunto da bacia hidrográfica do S. Francisco, “concentrando seus esforços em torno das questões que, sendo essenciais a um rápido progresso da bacia, não são tratados com recursos suficientes” (Comissão do Vale do São Francisco, *Plano Geral*, 1950, p.37). Para o engenheiro Lucas Lopes (1911-1994)<sup>5</sup>, o projeto de Três Marias, do qual foi o principal mentor, foi definido pela comissão como “obra-chave” para regular o São Francisco (1991, p. 106). É possível inferir a amplitude desse planejamento pela própria extensão da chamada “Bacia Hidrográfica do São Francisco”, que abrange 634 mil km<sup>2</sup> (7,5% do país), conforme o mapa abaixo (apud: PAULA, 2012):

---

<sup>4</sup> A pesquisa sobre a história de Três Marias conta com a colaboração de técnicos/técnicas das seguintes bibliotecas, a quem agradecemos: Biblioteca do Clube de Engenharia e Memória da Eletricidade (Rio de Janeiro), Biblioteca “Manoel Novaes”, da CODEVASF (Brasília), Hemeroteca da Biblioteca Pública de Minas Gerais e Setor de Memória da CEMIG (Belo Horizonte). É um conjunto heterogêneo de fontes: publicações diversas, relatórios, folhetos explicativos, entrevistas, compilações de jornais de época, periódicos como a *Revista do Clube de Engenharia* e *O Observador Econômico e Financeiro*, etc.

<sup>5</sup> Sobre a sua trajetória enquanto “intelectual orgânico”, ver: ARAÚJO, 2010.

MAPA: Bacia hidrográfica do Rio São Francisco



Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Disponível em: <<http://www.saofrancisco.cbh.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

Para incentivar a “ocupação” econômica do Vale, o Plano encaminhava a suposta solução da “regularização do regime fluvial” do rio São Francisco, agregando outras questões relativas ao domínio das águas, como a navegação (sobretudo na extensão possível, de Pirapora a Juazeiro, com 1300 km de extensão), construção de hidrelétricas e irrigação. O domínio desse recurso tornava-se, portanto, elemento vital e organizador de toda uma estratégia de planejamento econômico de uma grande área. Com essas ações pretendia-se catalisar e ativar “um processo natural de fixação humana, em contraposição à tendência de um centrifugismo migratório que se verifica no Vale.” (Comissão do Vale do São Francisco, *Plano Geral*, 1950, p. 40). Interessante observar que o Plano, construído por constituintes de 1946 como “regional” e apresentado pelo presidente Eurico G. Dutra como tal, sofre algumas críticas sob Getúlio Vargas,

Não se pode, ainda, considerar o planejamento da valorização do Vale do São Francisco isoladamente dos programas de desenvolvimento da economia nacional, de que é um reflexo e um fator. Nesse sentido, o governo determinou estudos que indicarão as retificações aconselháveis no Plano (BRASIL. Pres. República. CVSF. Contribuição do governo do presidente Getúlio Vargas à recuperação econômica do Vale do São Francisco. Programa para o quinquênio 1951-1955. Mensagem n. 377-A ao Congresso Nacional, de 29/10/1951, p. 7)

Sem adentrarmos em questões de disputas políticas, já que uma boa parte da CVSF e suas obras eram comandadas pelos interesses eleitorais do deputado baiano Manuel Novais<sup>6</sup>, vinculado a UDN, também conhecido como “o rei do São Francisco”, entendemos que havia alguma coerência nessa crítica de Vargas, se relacionarmos esse aspecto com a tônica de seu longo primeiro governo, em que tentou-se construir o sentido “nacional”, em detrimento dos regionalismos.

De 1957 a 1961 foi construída a barragem de Três Marias, no Alto São Francisco (vide sua localização no mapa anterior), fruto do acordo entre a CEMIG-Centrais Elétricas de Minas Gerais (criada em 1952) e a CVSF. A usina está localizada no

---

<sup>6</sup> Manuel Cavalcanti de Novais (Floresta-PE, 1908; Brasília-DF, 1992) formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia e por esse estado exerceu vários mandatos como parlamentar. Constituinte em 1934; dep. fed. BA 1935-1937; constituinte em 1946; dep. fed. BA 1946-1987. Transitou pela UDN, PR-Partido Republicano, filiou-se a ARENA-Aliança Renovadora Nacional (partido de sustentação da ditadura civil-militar instaurada em 1964), depois ao PDS- Partido Democrático-social. Em 1986 filiou-se ao PFL-Partido da Frente Liberal, buscando apoio de Antonio Carlos Magalhães a mais uma candidatura. Todavia, não conseguiu se reeleger: “Considerado por muito tempo o ‘vice-rei do São Francisco’, na campanha eleitoral de 1986 foi obrigado a fazer corpo-a-corpo, algo incomum na sua trajetória política, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, quando controlava a antiga Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), órgão executivo criado por um projeto de lei de sua autoria. Através dela, Manuel Novais alcançou sua projeção política e garantiu seus êxitos eleitorais”. Novais, Manuel. Cf. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em WWW.cpdoc.fgv.br. Acesso em 26 de julho de 2011. (Apud: PAULA, 2012, p. 243)

município de mesmo nome e a 276 km de Belo Horizonte (atualmente, por estradas de rodagem). Aqui, vamos somente indicar alguns dados de sua construção, considerando o escopo do trabalho e também porque é uma pesquisa em andamento.

As obras, monumentais para a época, se concentraram junto à foz do rio Borrachudo, nos municípios de Corinto e São Gonçalo do Abaeté. A estação ferroviária mais próxima era a de Corinto, na Estrada de Ferro Central do Brasil, da qual distava cerca de 100 km, por onde foram escoados boa parte do material para as obras (CVSF. Barragem de Tres Marias. Condições Gerais para apresentação de proposta de execução. Acervo Memória. Doação de Lucas Lopes. Doc. 90 000 286, p. 1). Foram também utilizadas ligações rodoviárias, pela recém criada rodovia Belo Horizonte-Brasília e por outra estrada construída para tal fim, de 93 km, partindo de uma rodovia estadual no município de Corinto. Ademais, foi construído um pequeno campo de pouso dentro da área do acampamento, destinado a pequenas aeronaves. A execução do projeto necessitou de aproximadamente 3.500 trabalhadores, organizados em dois turnos de 10 horas cada e cerca de 500 técnicos especializados, incluindo capatazes, engenheiros e pessoal administrativo. Na margem direita do rio Borrachudo foi construída uma cidade temporária planejada para acomodar em torno de 10 mil habitantes e dotada de vários serviços públicos, compreendendo 122 residências, 26 grandes alojamentos para solteiros, 2 escritórios administrativos, um centro comercial, 2 escolas, hospital e clube, vila de trabalhadores com 650 casas, embrião do que atualmente é a cidade de Três Marias.

Numa época em que ainda não havia Estudos de Impacto Ambiental, tampouco Relatório de Impacto Ambiental, o conjunto de obras envolvendo a inundação de cerca de 1.132 km<sup>2</sup> pelo reservatório, requereu uma organização visando: a) ao levantamento e mapeamento de terras, propriedades e populações atingidas; b) avaliação e desapropriação de terras; c) relocação de estradas e estabelecimento de balsas. Para tornar esse trabalho mais rápido, os grupos de campo foram equipados com uma frota de jeeps, lanchas, tratores leves para abertura de estradas de penetração e desmatamento, além de aeroplano para 4 ocupantes. (Anexo n. 2. Barragem de Tres Marias. In: Serebrenick, 1961, p. 84-100). Foram 900 propriedades desapropriadas em seis municípios (S. Gonçalo do Abaeté, Morada Nova de Minas, Pompéu, Corinto, Felixlândia, Abaeté). (Cf. BRASIL. CODEVASF. Desapropriação de Três Marias. Relatório Codevasf, 12/12/1978).

Em termos de financiamento, foram 7,7 bilhões do governo federal, sendo 3,6 bilhões da CVSF e 4,1 bilhões do BNDE, sob a forma de empréstimo a longo prazo. A ficha técnica da construção é significativa para exemplificar o que Francisco de Oliveira menciona sobre o papel desempenhado pelo capital estrangeiro. O em-

preiteiro geral foi a empresa “Corinto e Cia Construtora Três Marias”, nome nacional para abrigar o consórcio que abrigava as seguintes empresas, todas de origem norte-americanas: Morrison KnudsenCo. Inc., Raymond Concrete Pile Co., Utah Cosntruction, Kaiser engineers. A tubulação, da Chicago Bridge do Brasil. Tudo isso sob a supervisão geral da CEMIG. Os fornecedores de equipamentos permanentes foram os seguintes:

Quadro 1– Tres Marias - Equipamentos

Equipamentos	Empresas/origem
Turbinas	J.M. Voight GmbH (Alemanha)
Geradores, Transformadores principais, equipamentos de controle e proteção e auxiliar	Siemens Schuckertwerke AG (Alemanha)
Outros transformadores	Indústria elétrica Brown Boveri (Brasil)
Equipamentos de controle e proteção ao tempo	ASEA, (Suécia)
Torres para linhas de transmissão	Sociedade Brasileira de Eletrificação (Brasil)
Condutores para linha de Transmissão	ABSvenskaMetallverken (Suécia)
Isoladores	Locke (EUA)
Equipamento de controle abaixador	Sprecher&Schuh (Suíça)
Transformadores abaixadores e condensador síncrono	International General Electric (EUA)
Comportas de vertedor	Mecânica Pesada SA (Brasil)
Comportas de tomada d'água	Ishikawajima Heavy Industries (Japão)
Comportas de emergência da tomada e tubos de sucção, guindastes de pórtico da casa de força	Bardella SA. Brasil
Grades de proteção	IMEC (Brasil)

Fonte: CVSF.CEMIG. *Três Marias*, s.p.

Mesmo como leigos em engenharia percebemos que os equipamentos principais são de empresas estrangeiras, ou seja, tecnologia, patentes etc., de outros países. Pode parecer senso comum, mas são características inerentes ao chamado nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950, que de “nacional”, efetivamente, possuía somente a ideologia.

Em artigo, na época, antes da inauguração da barragem, os engenheiros Mário Behring e João Camilo Pena afirmavam:

a energia de Três Marias se destina principalmente às indústrias metalúrgicas que exploram os minérios ricos da região central do Estado de Minas Gerais. Siderúrgicas como a Companhia siderúrgica Belgo Mineira, Companhia Siderúrgica Mannesmann e a Usiminas, serão abastecidas com esta energia e também as novas usinas de alumínio e zinco que estão se instalando no Estado (19 de janeiro de 1960. Por: Mário Behring- vice-presidente Cemig e João Camilo Pena- assistente da diretoria de Engenharia de operação da Cemig. A barragem de Três Marias. P. 2. Cemig. Proj. Memória)

No jornal *Estado de Minas*, domingo, 15 de janeiro de 1961, anunciava-se a obra, em estilo triunfal - “Inaugurada ontem a quinta barragem do mundo: Três Marias”. Subtítulo: “Três Marias, empreendimento que consagrará uma administração” - , mas omitia-se a informação da citação anterior, do sentido mais “forte” da usina, de fornecer energia às grandes mineradoras no entorno de Belo Horizonte. Consta no *Estado de Minas*, p. 1: “Em julho ou agosto próximo, Três Marias deverá estar fornecendo energia para Minas, com a capacidade inicial de 65 000 kw.” Linhas de transmissão em 300 000 volts para o sistema da região central de Minas e linhas de 138 000 volts para o Norte de Minas a cargo da CVSF) e para a região Patos-Patrocínio, interligando-se, eventualmente, com a linha de Peixotos a Araxá.”

Na época, sua inauguração foi saudada nas primeiras páginas de outros jornais mineiros como “imagem do novo Brasil” (*Folha de Minas*, 15/01/1961, p. 1), “uma das obras mais arrojadas que já se levaram a efeito na América Latina” (*Folha de Minas*, 14/01/1961, p. 01), e, no próprio Estado de Minas, no dia anterior ao da reportagem citada anteriormente “monumental obra de engenharia, que trará para Minas, além de inumeráveis e importantes benefícios, o privilégio de possuir a maior represa artificial da América Latina” (*Estado de Minas*, 14/01/1961, p. 1).

Vale transcrever uma parte da matéria da Folha de Minas,

a seca – terá sua solução natural com o represamento do rio, pois isso possibilitará de agora em diante o controle do seu regime de águas durante os longos períodos de estiagem. Até sáfara (sic) de baixa produtividade agrícola estará redimida pela irrigação e pastagens e fazendas de cultura aparecerão, por certo onde se estendem latifúndios ou glebas devolutas sem nenhum sentido econômico. Também o fenômeno desolador das enchentes que anualmente ameaçam ou destroem no São Francisco plantações e núcleos de habitação não se repetirá com as alarmantes proporções que traz em constante desassossego as populações ribeirinhas. A própria navegação fluvial cujo desgaste se verifica de ano para ano em face do pequeno volume de água assinalado nas estações secas, retomará com Três Marias a sua antiga importância como veículo de comércio e escoamento de riquezas no largo trecho navegável do rio. A barragem que se inaugura aumentará, por sua vez, de cerca de cem por cento a capacidade geradora da usina de Paulo Afonso, refletindo de maneira poderosa na redenção defini-

tiva das áreas subdesenvolvidas do nordeste.

Vinculando o seu governo a esta notável iniciativa que é Três Marias, o governador Bias Fortes deixa assentada, em bases seguras as possibilidades de expansão da indústria mineira (*Folha de Minas*, 14/01/1961, p. 01).

Os termos utilizados são os mais positivos possíveis, “redenção definitiva”, “solução”, “aumento da capacidade geradora”, em contraste com a visão sobre a região: estiagem, baixa produtividade, “pastagens e fazendas sem nenhum sentido econômico”, enchentes desoladoras, alarmantes proporções, etc. Estava em questão, sobretudo, “a expansão da indústria mineira”. Quem poderia ser contra tal empreendimento? Talvez aqueles que vivessem nas terras sem ‘nenhum sentido econômico’... Logo depois, na mesma reportagem, afirma-se, embora destacando mais a atuação do governador Bias Fortes, que houve “decisiva cooperação” do presidente Juscelino Kubitschek.

Todavia, mesmo com essas indicações de campanhas positivas de alguns dos principais jornais de circulação em Minas, houve divergências e polêmicas envolvendo tanto a construção de Três Marias, quanto de Furnas, consideradas digna de menção em uma publicação comemorativa dos 35 anos da CEMIG (1987). Segundo essa nota, os debates se desenrolaram no ano de 1956 na Assembléia Legislativa de Minas Gerais e repercutiram na imprensa, a ponto de levar Lucas Lopes, então já presidente do BNDE, a esclarecer, em transmissão televisiva e também por meio de palestra na Associação Comercial de Minas, a “verdadeira” situação de Furnas e Três Marias, explicando suas características específicas e formas de financiamento.

Lucas Lopes, rememorando, afirmou, acentuando seu papel decisivo nas negociações, que pareciam ter que, de certa forma, equacionar atribuições e financiamentos de parte da CVSF e da CEMIG e, talvez, com isso, responder às cobranças políticas:

de certa forma, polarizei a decisão. Eu sabia que a Comissão [CVSF] tinha recursos para aplicar em Três Marias: combinei com o pessoal da CEMIG estudar um projeto para que parte das obras hidráulicas, a barragem e as tomadas d’água fossem feitas pela Comissão; e que a CEMIG instalaria unidades de geração próprias ao pé dessa barragem. Então, fez-se um acordo: a obra era da Comissão, mas a utilização seria da CEMIG. O quilowatt gerado seria da CEMIG, e a barragem, da Comissão, porque era uma obra de múltipla finalidade. Nós montamos um esquema pelo qual a CEMIG teve uma delegação da Comissão para fazer a obra. Inclusive a concorrência para construção da obra, feita pela Comissão com o apoio da CEMIG e do BNDE. O projeto final foi revisto pela Internacional de Engenharia e, depois, feita a concorrência; a CEMIG liderou a construção, no governo Juscelino Kubitschek (CEMIG. Projeto memória, v. 1. Lucas Lopes, 1986, p. 48)

Lucas Lopes detinha, de fato, informações estratégicas dessa obra e de sua tramitação, já que fora um de seus principais planejadores e executores, como veremos mais adiante. Enfim, com resistências, as obras continuaram a ponto de serem inauguradas no apagar das luzes do governo JK, que já preparava o terreno para seu suposto retorno à presidência, escorado na importância estratégica de obras como as de Três Marias, Furnas e na própria construção de Brasília, a “meta-síntese” do Plano de Metas.

Quanto à população que foi afetada pelas obras e obrigada a se deslocar, dispomos de algumas indicações fornecidas por dois entrevistados que vivem no município de Unai-MG, Sra. Claudemira Ferreira da Silva (24/5/1935) e Sr. Alberto Gontijo de Vasconcelos (23/06/1931)<sup>7</sup>. Este, e mais 6 irmãos, eram filhos de Manoel Carlos de Vasconcelos e Adelaide Gontijo de Freitas, que foram desapropriado pelas obras de Três Marias, no município de Morada Nova de Minas, à beira do rio São Francisco. Consta, em registros da Codevasf, como desapropriação “amigável”, de 904,12,00 hectares e de 99,18,80 remanescentes (Cf. BRASIL. CODEVASF. Desapropriação de Três Marias. Relatório Codevasf, 12/12/1978. Morada Nova de Minas. Ficha 188, fl. 01).

A entrevista com a Sra. Claudemira e Sr. Alberto, extremamente rica em significados, foi marcada pela emoção de ambos, sobretudo da Sra. Claudemira que, ao se recordar da fazenda desapropriada, lembrava-se que “eram terras de primeiríssima”, o clima “era ótimo”, “lavoura produtiva”, “muita fartura”, “a gente tinha tudo, não precisava comprar nada fora”, onde viviam muitos agregados, os proprietários, filhos solteiros e casados. A barragem “tomou tudo”, “acabou tudo com a água”. Afirmou que “nunca vou esquecer, nunca...”. Ficaram sabendo da obra com uns 2 anos de antecedência, primeiro pelos folhetos jogados de um avião que sobrevoou a região, depois pelos técnicos que chegaram medindo as terras e colocando os marcos, “a gente não acreditava, achava que não ia dar em nada...” (Sra. Claudemira). As terras foram desapropriadas, uma parte em acordo amigável, em que receberam “uma mixaria”, da outra parte, junto com outros fazendeiros, entraram na Justiça em Belo Horizonte, mas o processo se arrasta e até hoje (mais de 50 anos) e não foi resolvido, período em que morreu um dos advogados e o proprietário, Sr Manoel Carlos de Vasconcelos. Indagados sobre o processo de saída das terras, ambos recordam-se que foi tudo muito rápido. Ainda estavam na propriedade, com as atividades normais, quando as águas começaram a subir, pioradas com muita chuva. Tiveram, então, que tirar o gado, porcos, etc.,

---

<sup>7</sup> Entrevista realizada pelo graduando em História/UFU, Cayo Vasconcelos, neto de Sr. Alberto e D. Claudemira, não vinculado a esse projeto, mas, a quem agradecemos. Entrevista realizada em Unai, em agosto de 2013. Os trechos citados doravante foram todos dela extraídos (36 minutos, gravação digital).

ora em caminhões, ora levando-os para regiões mais altas, correndo, em meio à lama (Sr. Alberto), “nós sofremos demais, demais... demais!” (Sra. Claudemira). Os animais de pequeno porte, como galinhas, muitos morreram. Outros, peçonhentos, começaram a aparecer devido à inundação das terras.

Muita coisa desapareceu na fazenda durante a correria da inundação, animais, utensílios, materiais diversos, “sumiu tudo” (Sr. Alberto). Além disso, pessoas também morreram, segundo o casal. Algumas pessoas acordaram “com a água na beira da cama” (Sra. Claudemira). Depois que as águas foram liberadas, apareceram muitas doenças, “febres, maleitas” e eles tiveram que ir para outras regiões, daí a escolha de Unai, também por considerarem que eram terras melhores. Alugaram as terras em Unai, pois, de início, não tiveram como comprá-las. Indagados se, caso pudessem, ainda estariam na antiga fazenda, a Sra. Claudemira respondeu, com ar saudosos: “ah, meu filho, se tava... tava, tava criando minha família, acabando de criar meus netos, tudo lá, era a maior felicidade do mundo, a maior felicidade do mundo...” Lá, ela “nem lembrava que precisava de dinheiro, tinha tudo, tudo, tudo...” Depois, ao mudar para Unai, tiveram a vida bruscamente transformada, perdendo terras, animais etc., e não puderam recuperar tudo o que detinham anteriormente.

Por outro lado, indagados sobre a importância do presidente J. Kubitschek, se apesar disso, eles o consideravam um bom presidente, ambos ressaltam a sua importância, “melhorou o país” (Sra. Claudemira). Para o Sr. Alberto, foi um bom presidente não “apesar da obra”, mas devido à construção de Brasília. Em suas falas, percebemos que a relevância nacional se sobrepõe, em grau de importância, aos dramas particulares. São sendas que ainda serão mais investigadas em outras possíveis entrevistas. Aqui, foram citadas somente para indicar a complexidade social de uma obra já esquecida, ofuscada por tantas outras de impactos sociais cada vez mais amplos e violentos.

Em uma reportagem, de cunho, além de técnico, também político, louvando os novos empreendimentos, não somente de Três Marias, mas também de Furnas (construída no mesmo período), o engenheiro e membro da União Democrática Nacional- UDN, Maurício Joppert da Silva, especifica as características técnicas da barragem de terra (inovação para a época): 2.700 m. de comprimento na crista, 75 m de altura sobre o fundo do rio, com uma espessura máxima na base de 600 metros. O reservatório inundaria uma área de 1.350 quilômetros quadrados, estendendo-se a 145 quilômetros a montante, ultrapassando a embocadura do rio Pará, outro afluente importante do São Francisco, em seu curso superior. Na avaliação de Joppert, a usina de Três Marias não somente regularizaria o regime das águas, como facilitaria a navegação em trechos como Pirapora e Juazeiro e propiciaria, ainda, um melhor aproveitamento da potência da usina de Paulo Afonso.

so: “era por assim dizer uma redescoberta do Brasil, não estimulada pelo ouro aluvionar, mas pela utilização desta energia que Deus espalhou pela terra para dignificar o trabalho do homem.”<sup>8</sup>

Podemos deduzir, desse excerto da análise de Joppert, conjugada com as fontes citadas anteriormente, que a construção de Três Marias revestia-se, além de uma importância técnica muito grande, também de conotação política, não somente em termos nacionais, mas para o próprio estado de Minas Gerais que, para além da era gloriosa do ouro, ingressava mais fortemente no moderno e complexo mundo industrial, por meio da geração elétrica. De alguma forma, tais projetos eram alavancados sob o signo da tentativa de ruptura com o já mencionado “atraso”, embora não sem resistências. Com o passar do tempo, a obra que, no texto dos projetos e de divulgação para o grande público, era de “múltiplas finalidades”, restringiu-se à geração de energia elétrica e, ao invés de minorar o problema das enchentes, controlando a vazão do rio, acabou por incrementá-las, a ponto de a CEMIG editar uma publicação tentando se defender. Em reportagem no *Estado de Minas*, o repórter Domingos Sávio menciona algumas das grandes enchentes ocorridas de 1979-81 e afirma:

(...) escravizando à produção exclusiva de quilowatts, o reservatório é mantido permanentemente em níveis de pré-transbordamento.

(...) Quando as chuvas são mais fortes, a represa tem que ser descarregada, inevitavelmente, nos piores momentos. Em vez de evitar a junção das águas do São Francisco com o rio das Velhas e com o Paracatu, Três Marias atira por sobre esses rios um caudal equivalente a vários rios São Francisco (Domingos Sávio. Vale ainda espera que o flagelo das enchentes possa ser vencido, 1981)

Vale lembrar que esse recorte de jornal faz parte do acervo pessoal de Lucas Lopes, doado à CEMIG, indicando a sua preocupação em acompanhar os desdobramentos da obra que idealizara. A obra, concebida, divulgada e realizada sob o argumento de múltiplas finalidades, parecia sucumbir diante do imediatismo da geração de energia. Seu lado social, portanto, submergia diante do contábil/econômico, finalidade última de um empreendimento de infra-estrutura tipicamente capitalista. Bem sabemos qual é a parte mais frágil dessa equação. Na matéria já citada de Bhering e Pena, eles também ressaltavam esse suposto lado social de

---

<sup>8</sup> SILVA, Mauricio Joppertda. Três Marias e Furnas. *Revista do Clube de Engenharia*, Rio de Janeiro, n. 259, março de 1958, p. 37. Matéria publicada por deliberação do Conselho Diretor e transcrita do *Jornal do Brasil*, mostrando, então, que estava num campo de circulação muito mais amplo do que aquele restrito ao âmbito dos leitores da Revista do Clube de Engenharia.

Três Marias, mas enfatizando a perspectiva da irrigação e fixação do homem àquela terra:

O controle das águas representará, por outro lado, um papel decisivo na irrigação de grandes tratos de terra que o Governo Federal pretende iniciar, sem demora, no Sul-Médio e baixo São Francisco, como solução dos graves problemas de alimentação das populações que ocupam a região mais árida do país, sujeita a secas periódicas, e fixação definitiva do homem ao solo natural (19 de janeiro de 1960. Por: Mário Behring- vice-presidente Cemig e João Camilo Pena- assistente da diretoria de Engenharia de operação da Cemig.A barragem de Três Marias. P. 2. Cemig. Proj. Memória)

Vamos nos deter por aqui, por hora e tentar enfeixar esses pontos lançados anteriormente, buscando analisar o que eles podem revelar.

### **O sentido das obras, o papel de intelectuais do desenvolvimentismo**

É interessante observar a continuidade de projetos nos anos 1950/60 por meio de seus idealizadores e executores. O caso de Lucas Lopes (já ressaltado em outros trabalhos: Dulci, Araújo, dentre outros) é muito emblemático, não somente por sua trajetória pessoal em várias agências estatais nesse período crucial, tanto em nível do estado de Minas Gerais, quanto federal, mas porque ele agregou outros engenheiros, que foram os posteriores gestores da Cemig, Furnas, Eletrobrás, Ministério das Minas e Energia etc., dos anos 1950 em diante. Para Lopes, a CEMIG formou uma grande capacidade de elaborar projetos e

teve o grande mérito de formar uma equipe com uma visão muito boa de futuro. Não estávamos ali para fazer as obras que Juscelino havia prometido. Sabíamos que no dia seguinte precisaríamos continuar a fazer obras. Nunca tivemos a preocupação de fazer projetos para candidatos políticos, de saber quem vinha depois. Os projetos surgiam em função da realidade geográfica e energética (LOPES, 1991, p. 137. Grifos da autora)

Tais engenheiros pensaram a Cemig além das fronteiras de Minas (Id., p. 138), criando também o projeto de Furnas e demais projetos no rio Grande “que iriam transformar aquele núcleo central de Minas na base do sistema interligado brasileiro de energia elétrica” (Id., *ibid.*). Evidentemente, essa é uma elaboração de Lopes em tempos posteriores, ao lembrar em conjunto todas aquelas realizações no setor elétrico, que acabaram, mais tarde, formando um sistema. De todo modo, os projetos foram elaborados para além de sua realidade “geográfica e energética”, conjugando questões políticas com outras mais amplas vinculadas à lógica estatal naquele momento e à própria expansão do capital. Algumas regiões e sub-regiões foram “eleitas” por serem capazes de cumprir uma função dentro

da opção econômica considerada estratégica, que era prover de energia o entorno de Belo Horizonte<sup>9</sup>, região considerada com mais potencial econômico, bem como prover a mesma região de fontes abastecedoras de alimentos e matérias-primas para a indústria. Esse desenvolvimentismo “seletivo” seguiu os eixos de interesse dos donos do capital, às vezes mesclados em (e disputados por) interesses de frações de classe dominantes locais. Os engenheiros, naquele período, eram, então, os artífices dessa hegemonia. Todavia, o caráter classista desses empreendimentos raramente aparece, pois eles são sempre visto como “geral”, para o benefício de todos. Vejamos alguns cargos ocupados por Lopes, a partir do final dos anos 1940 e no período chave dos anos 1950:

Quadro 2: Lucas Lopes – Atuação Profissional Pública/Privada, 1940-1959

Instituição	Função	Período
Companhia Brasileira de Engenharia - CBE	Coordenador do Plano de Eletrificação de Minas Gerais	1940/1950
Comissão Vale do São Francisco – CVSF	Diretor do Plano de Obras	1949/1951
Comissão Mista Brasil -Estados Unidos- CMBEU	Membro	1951/1954
Centrais Elétricas de Minas Gerais	Organizador e presidente	1951/1954 e 1955
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE	Membro do Conselho de Administração e Presidente	1951/1958
Conselho de Desenvolvimento – governo JK	Secretário	1951/1958
Ministério da Viação e Obras Públicas	Ministro	1954/1955
Ministério da Fazenda	Ministro	1958/1959

Fonte: LOPES, Lucas. [Depoimento]. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1981 (mimeo).

<sup>9</sup> Para o estudo de estratégias de desenvolvimento em Minas Gerais, ver também o *Plano de Eletrificação de Minas Gerais* (5v.), resultado de um contrato de prestação de serviços, em 1949, entre o governo mineiro (Milton Campos, 1947-1951) e a empresa CBE – Companhia Brasileira de Energia, filiada a uma empresa de construção civil e localizada no Rio de Janeiro. Um esboço inicial desse plano havia sido realizado pelo engenheiro Lucas Lopes, em 1946, durante a gestão de Benedito Valadares e apresentado no II Congresso de Engenharia e Indústria. Lopes foi responsável pelos principais pontos do referido plano.

No Plano de Eletrificação de Minas Gerais, elaborado pela CBE a pedido da Secretaria de Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, Lopes elabora não somente um diagnóstico do setor no estado, como também indica diretrizes políticas de eletrificação e estruturação de órgãos responsáveis. Logo depois, foi criada a CEMIG, justamente no formato de *holding*, modelo empresarial de economia mista, com a participação de empresários no seu conselho e de engenheiros próximos a Lopes no núcleo técnico (Mauro Thibau, John Cotrim, Mário Behring). Foi o modelo defendido por Lopes (Lopes, 1991, p. 128/129). Na CVSF, indicado pelo PSD para a diretoria de Obras, foi o agente mineiro, pessedista, portanto, que consegue incluir a hidrelétrica de Três Marias no planejamento da CVSF, enquanto obra de múltiplas finalidades (controle de enchentes, geração de energia, propiciadora de navegação, etc.). Três Marias foi executada por meio do acordo entre Cemig e CVSF – nessa época, Lopes estava na diretoria da Cemig. E, para finalizar essa síntese, no BNDE foi o agente responsável pela articulação para parte do financiamento da obra, não esquecendo que também foi Ministro da Fazenda nesse período. Portanto, percebemos a atuação de Lopes em todas as fases de Três Marias, em postos-chave distintos, desde a sua concepção, inclusão nos projetos mineiros e federais, bem como no financiamento, em momento crucial na execução da obra. Não que estejamos indicando o “maquiavelismo” desse agente, mas procuramos evidenciar o tipo de gestão de obras aparentemente de interesse público. Dito de outra forma, como interesses públicos e privados se debatem no interior do Estado.

Segundo Lucas Lopes, a equipe que ele reuniu ao seu redor na CBE e na CEMIG tornou-se o “núcleo da elite que iria construir Furnas, Três Marias e liderar a formulação e construção dos novos grandes sistemas elétricos do Brasil” (1981, p.09. mimeo.). Para ele, a sua participação na CMBEU rendeu-lhe o conhecimento dos esquemas de financiamentos que seriam doravante recomendados ao governo brasileiro e, assim, ele “adquiriu uma visão nacional dos programas que seriam executados”, tanto que conseguiu financiamento para os projetos de Itutinga, Salto Grande do Santo Antônio e depois, Furnas - primeiro grande projeto da Eletrobrás, concebido pela equipe da Cemig e financiado pelo Banco Mundial-. (1981, p. 12, mimeo.). Foram projetos interligados pela atuação dos mesmos agentes, alguns com maior proeminência, como Lopes. Todos eles no espírito “nacional-desenvolvimentista”, focados no planejamento estatal, mas sem restrições tanto ao capital nacional quanto, principalmente, o estrangeiro. As entrevistas de Lopes indicam um verdadeiro trabalho de articulação interna e internacional na captação desses investimentos.

Dessa forma, o “desenvolvimento” se interiorizava, por meio da ação de agentes públicos e privados, mas em focos regionais seletivos, rumo àquelas áreas que teriam importância econômica no fomento às indústrias de base e de bens de consumo, tão caras ao projeto do governo JK. A atuação da CVSF e depois, da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, criada em

1959 e idealizada por Celso Furtado contribuíram enormemente nessa interiorização. Tais áreas e suas populações seriam alvos de estudos, projetos e obras em escalas cada vez mais aceleradas, em nome de um suposto interesse geral, nacional, mas que trazia, em sua trama histórica, interesses privados nacionais e internacionais. Iniciativas como a da SUDENE visavam, em tese, conter o fluxo migratório para os grandes centros, ou, nas palavras de Octávio Ianni: “... procurava-se controlar e reverter o fluxo de renda do Nordeste para outras regiões, particularmente o Centro-Sul”, (1984, p. 209) criando e aperfeiçoando novas condições fiscais e financeiras favoráveis à diversificação do setor privado da economia. Por outro lado, essas iniciativas também significavam uma resposta dos agentes do Estado brasileiro à intensificação das lutas sociais no campo, nos anos 1950, como a criação e expansão das Ligas Camponesas (Idem) e também a reestruturação do poder regional, com objetivos, recursos econômicos e técnicas de atuação distintas daquelas pré-existentes. Naquela época, para Ianni, “(...) estava em curso a transição do estilo oligárquico de decisão e ação, quanto a assuntos econômicos, para um estilo propriamente burguês.” (Idem, p. 215). Para esse autor, a criação da SUDENE “representou a chegada da Revolução de 1930 no Nordeste” (idem, p. 216). Nesse sentido podemos relacionar essa análise de Ianni com a de Oliveira, mencionada no início do artigo. Tratava-se, portanto, de todo um conjunto de ideais e de práticas vinculadas a uma função qualitativamente distinta do Estado brasileiro, que foi tecida por meio desses embates sociais e que abrange espaços sociais tanto no campo quanto na cidade.

Se, vistos do alto, em visão macroscópica e do século XXI para o XX, os empreendimentos da CVSF, Tres Marias, Cemig, Furnas, a anterior Companhia Hidrelétrica do São Francisco-CHESF (1948) e a hidrelétrica de Paulo Afonso, Sobradinho (Ver Sygaut, 1986), a construção de Brasília etc., fazem parte de ações de cunho desenvolvimentistas que incluíram vastas sub-regiões de Minas Gerais, Centro-Oeste e Nordeste no mapa econômico nacional, excluindo outras sub-regiões. O que, nem de longe, resolveu os problemas sociais que sempre voltam à tona e que são usados para novos projetos que beneficiam em maior escala os detentores do capital.<sup>10</sup> Ou seja, o “atraso”, o “subdesenvolvimento”, “interesses regionais”<sup>11</sup> são sempre invocados para a realização de novos projetos, ou “progresso”, que ampliam a escala da expropriação. Sabemos que as resistências não somente existem, mas provocam modificações nos planos originais, às vezes conseguindo algumas conquistas. Mas, permanecem dentro dos limites do jogo capitalista que, via de regra, precisa ser desvendado.

<sup>10</sup> No ano de 2000, enquanto os 10% mais ricos se apropriavam de 51% da renda total e os 20% mais ricos, de 66% dela, os 20% mais pobres ficavam com apenas 2% e os 40% mais pobres, com 8%. Esse era o quadro da desigualdade social em Minas Gerais que, com poucas alterações, se mantém. Evidentemente, coerente com o quadro social geral do país. (Horta et. al, p. 20.)

<sup>11</sup> Sobre a questão regional e o regionalismo norte mineiro e suas utilizações políticas, ver Pereira, 2007.

## **Fontes**

### **Biblioteca da Cemig – Belo Horizonte**

BEHRING, Mário e PENA, João Camilo. A barragem de Três Marias. Tiragem Especial do n. 15 da *Electricidade*.

BRASIL.CVSF. MINAS GERAIS. CEMIG. *Três Marias*.

CEMIG. Projeto Memória, v. 1. Lucas Lopes, depoimento, 1986. Belo Horizonte, 1993.

MINAS GERAIS. CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS. Projeto Memória. *Cemig: 35 anos*. Belo Horizonte, 1987, 186 p. Ilustrado.

SÁVIO, Domingos. Vale ainda espera que o flagelo das enchentes possa ser vencido. *Estado de Minas*, 1981. (Coleção Lucas Lopes)

### **Biblioteca do Clube de Engenharia – Rio de Janeiro**

SILVA, Mauricio Joppert da. Três Marias e Furnas. *Revista do Clube de Engenharia*, Rio de Janeiro, n. 259, março de 1958

### **Hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal de Belo Horizonte**

JK em Três Marias, “Brasil venceu complexo de inferioridade”. *Folha de Minas*, 14/01/1961, 1ª página.

Três Marias. *Folha de Minas*, 15/01/1961.

Três Marias, uma grande realização. *Estado de Minas*, 14/01/1961.

### **Memória da Eletricidade – Rio de Janeiro**

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. *Plano geral para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco*. Elaborado pela Comissão do Vale do São Francisco, de acordo com o disposto no Art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e na Lei n. 541, de 15 de dezembro de 1948. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. 170 p. e Anexos.

BRASIL. Presidência da República. CVSF. *O desenvolvimento econômico do São Francisco*. Um planejamento regional em marcha, pelo engenheiro SEREBRENICK, Salomão, diretor da divisão de estudos e projetos. Rio de Janeiro, 1961.

\_\_\_\_\_. CVSF. *Contribuição do governo do presidente Getúlio Vargas à recuperação econômica do Vale do São Francisco*. Programa para o quinquênio 1951-1955. Rio de Janeiro, 1951, 70 p.

LOPES, Lucas. [Depoimento]. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1981 (mimeo).

\_\_\_\_\_. *Memórias do desenvolvimento* – depoimento. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.

### **Biblioteca “Geraldo Rocha”, Codevasf – Brasília**

BRASIL. CODEVASF. *Desapropriação de Três Marias*. Relatório Codevasf, 12/12/1978.

### **Entrevista**

VASCONCELOS, Cayo. Entrevista com Sra. Claudemira Ferreira da Silva (24/5/1935) e Sr. Alberto Gontijo da Silva (23/06/1931), em Unaí-MG, em agosto de 2013. Duração: 36:04 min. Meio digital. Com roteiro indicado por Dilma Andrade de Paula, no âmbito do projeto: “Projetos de desenvolvimento, política, cultura e viveres no Médio São Francisco, em Minas Gerais (Séculos XX e XXI)”, financiado pela FAPEMIG.

### **Referências**

ARAÚJO, Fernanda da Costa M. *“Da solidariedade econômica ao ativismo político”*: o caso Lucas Lopes. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. *Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969)*. Tese (Doutoramento em História Econômica). Departamento de História – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1996.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas internacionais na Era Vargas. O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-60*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2006.

CARDOSO, Heloisa H. P. *Conciliação, Reforma e Resistência: governo, empresários e trabalhadores em Minas Gerais nos anos 50*. Tese (Doutoramento em História Econômica). Departamento de História – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 1998.

CORRÊA, M. L., PAULA, D.A. A Central Elétrica de Furnas e o desenvolvimentismo no Brasil (1952-1965). *América Latina en la Historia Económica*, año 21, num 2, mayo-agosto, 2014, pp.143-165.

DULCI, Otávio S. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Humanitas, 1999.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Editor). *Dicionário do Desenvolvimento*. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.59-83.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v. 2. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*, v. 3. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HORTA, Cláudia Júlia G., PRATES, Fernando M., MARQUES, Maria Luiza de A., COSTA, Mônica G., NOGUEIRA, Olinto José O., CATILHO, Vera S. Estudo baseado no Atlas de desenvolvimento humano no Brasil (1991-2000). Belo Horizonte: Fund. João Pineiro. Disponível em: [WWW.bibliotecadigital.mg.gov.br](http://WWW.bibliotecadigital.mg.gov.br). Acesso em 16/01/2014.

IANNI, Octávio. *As origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo; Brasiliense, 1984.

MAIA, João Marcelo. *Estado, território e imaginação espacial. O caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

Projetos de desenvolvimento no Médio Vale São Francisco e o caso da criação da hidrelétrica de Três Marias  
PAULA, Dilma Andrade de Paula; NUNES, Leandro José

MATOS, R., LOBO, C., STEFANI, J., BRAGA, F., VALLE, P. Reestruturação do espaço regional e fluxos migratórios na bacia do São Francisco. Disponível em: [WWW.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic\\_sec\\_1\\_ree\\_esp\\_reg.pdf](http://WWW.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_sec_1_ree_esp_reg.pdf). Acesso em 16/01/2014.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Sociedade. In: Mattos, Marcelo B. (org.) *História: pensar & fazer*. Niterói-RJ: Laboratório Dimensões da História/UFF, 1998, p. 13-32.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PAULA, Dilma Andrade de. Estado brasileiro e desenvolvimento regional: o debate parlamentar na constituição da Comissão do Vale do São Francisco (1946-1948). *Revista de História Regional* (17):233-257, 2012.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. São Paulo. Tese (Doutorado em História), Departamento de História – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em [WWW.teses.usp.br](http://WWW.teses.usp.br) Acesso em 08/12/2009.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). *Dicionário do desenvolvimento*. Guia para o conhecimento como poder. Tradutores: Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997.

SIGAUD, Lygia et alli. *A dupla expropriação do campesinato e a concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 1986 (mimeo.).

